



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10880.008203/00-86
Recurso nº	Embargos
Acórdão nº	3403-003.660 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de	18 de março de 2015
Matéria	PIS/PASEP
Embargante	METCO COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME.
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/09/1993 a 30/09/1995

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ERRO. EFEITOS INFRINGENTES.

Constatado equivoco em relação ao período de apuração, impõe em acolher o declaratório com o objetivo de sanar o erro apontado. No caso concreto o período abarcado pela decisão se refere ao período de 01.09.1993 a 30.09.1995.

Embargos Conhecido e Acolhido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, os embargos de declaração foram acolhidos para sanar o erro material.

Antonio Carlos Atulim - Presidente.

Domingos de Sá Filho - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Antonio Carlos Atulim, Rosaldo Trevisan, Domingos de Sá Filho, Jorge Olmiro Lock Freire , Luiz Rogério Sawaya Batista e Ivan Allegretti.

Relatório

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 22/05/2015 por DOMINGOS DE SA FILHO, Assinado digitalmente em 22/05/2015 por ANTONIO CARLOS ATULIM, Assinado digitalmente em 22/05/2015 por DOMINGOS DE SA FILHO

Impresso em 08/06/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Cuida-se de Embargos Declaratórios interposto pela empresa METCO COMERCIAL IMP. E EXPORTADORA LTDA – ME, visando aclarar suposta contradição contida no voto, sustentando:

"2 - Conforme bem assinalado na ementa, o período de fatos geradores com respeito aos quais houve pagamento a maior que se almeja compensar compreende de setembro de 1993, inclusive, até outubro de 1995 inclusivo.

3. Sucedе que consta do voto condutor do ilustre Conselheiro Domingos de S6 Filho, em fls.287, que "...no caso vertente o pedido de restituição/compensação se refere ao período de julho/1995...", e pouco adiante, consta ainda o reconhecimento do direito à restituição/compensação "...no período de / janeiro/93 a julho de 1994...".

4. A hipotética restrição do deferimento a esses períodos, como dito, não condiz com o conteúdo da ementa, tampouco com as incensuráveis razões delineadas no decisório, que aludem à inexistência de decadência para o período de setembro de 1993 a outubro de 1995, tendo-se presente que a Resolução 49 do Senado Federal é de outubro de 1995 e o pedido foi deduzido em maio de 2000, portanto menos de cinco anos após aquela Resolução.

5. Então, com o singelo objetivo de afastar dúvidas que possam surgir no cumprimento do V.Acórdão, o contribuinte vem ofertar embargos de declaração, respeitosamente, para que fique bem esclarecido que os créditos cujo direito à compensação foi reconhecido dizem respeito a todo o período postulado no processo, vale dizer, fatos geradores de setembro de 1993 a outubro de 1995, naturalmente com pagamentos feitos após esses meses, afastando-se com isso eventual contradição no decisório”

A pretensão trazida no bojo deste caderno pelo Embargante era compensar débito com crédito oriundo de pagamento para o PIS a maior ou indevido referente ao período de setembro de 1993 a outubro de 1995 por força da norma dos Decretos Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, cujo pedido foi protocolado em 30 de maio de 2000.

Administração Fiscal concluiu descaber o pleito relativo aos pagamentos anteriores ao dia 30.05.1995 considerando a data de protocolo do processo, 30.05.2000, ao argumento da extinção do direito de pleitear:

“Concluindo, como já bem salientado no Despacho Decisório, temos que já ocorreu à decadência com relação aos pagamentos efetuados antes de 30/05/1995, sendo que o pedido inicial foi protocolado em 30/05/2000”.

9.0 pedido de compensação formulado pelo impugnante, relacionado às competências de setembro de 1993 a 30 de maio de 1995, foi indeferido, sob o argumento de que por ocasião do seu protocolo, ocorrido aos 30/05/2000, os supostos créditos tributários já estariam extintos, pois teriam sido atingidos pela decadência quinquenal, nos termos dos arts. 168, I, do CTN, argumento este utilizado no Parecer Nº 1.538/99 da PGFN e no

Ato Declaratório SRF N. 096/99, bem como em diversos outros pareceres da PGFN expressando o mesmo entendimento.

Desse modo, considerou prejudicados pelo prazo decadencial os recolhimentos efetuados anteriores ao dia 30 de maio de 1995. Ao analisar o pleito em relação aos recolhimentos efetuados após a data acima mencionada, isto é, maio/95 até outubro/95, entendeu não haver pagamento a maior em razão da edição da Lei nº 7.691/88, que extinguiu o prazo de seis meses entre o fato gerador e o pagamento da contribuição para o PIS.

Irresignado com o indeferimento, apresentou Manifestação de Inconformidade às fls. 198 sustentando que a compensação solicitada se referia as competências de **setembro de 1993 a 30 de maio de 1995**, discordando totalmente do argumento sustentado pelo Fisco.

O Acórdão de fls. 436/454 julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade, mantendo intacto a Decisão de indeferimento. Sobreveio o Recurso Voluntário de fls. 464/512, mantendo a tese inicial e o apelo de que o pleito teria sido formulado tempestivamente.

A decisão prolatada em sede de Manifestação de Inconformidade é do seguinte teor:

"Em face do exposto, VOTO pelo não acolhimento da manifestação de inconformidade (fls. 123 a 144), para que seja mantido o Despacho Decisório (fls. 114 a 121) que indeferiu a restituição/compensação pleiteada pela contribuinte.

No item do Voluntário confirma-se o período pleiteado, isso é, setembro de 1993 a outubro de 1995, conforme transrito:

"I. Cuida a espécie de pedido de restituição, por via de compensação, de valores que o contribuinte suportou no passado, a título de contribuição ao PIS, entre os fatos geradores de setembro de 1993 a outubro de 1995, na vigência dos constitucionais Decretos-leis N 2 s.2.445/88 e 2.449/88."

Ao examinar e decidir em sede de Recurso Voluntário, constou do voto:

"É de conhecimento geral que a decadência do direito de pleitear a compensação/restituição tem como prazo inicial a data da publicação da Resolução nº 49/95, do Senado da República. Na hipótese deste caderno processual o indeferimento se refere ao indébito apurado do período de janeiro/93 a julho de 1994, portanto, compreendido no lapso temporal albergado pela Resolução nº 49/95.

É sabido que os períodos de apuração até setembro/95 são alcançados pela Resolução nº 49/95, pois o prazo decadencial conta-se a partir de 11 de outubro de 1995, estendendo-se até 10 de outubro de 2000.

Tendo o pedido de restituição/compensação sido formulado em 30 de maio de 2000, conforme se vê do documento de fl. 1 destes autos, sendo, portanto, tempestivo, não há que se falar em decadência.

Deste modo, impõe-se o afastamento do reconhecimento de decadência contido no Despacho da Derat e mantido pela DRJ em São Paulo - SP, bem como invalidação do pedido em decorrência da edição da Lei nº 7.691/88, em razão de que o período de setembro/95 é alcançado pela Resolução nº 49/95, no caso vertente o pedido de restituição/compensação se refere ao período de julho/1995, devendo, portanto, ser acatado o pedido de restituição/compensação.

Do exposto, dou provimento ao recurso a fim de reconhecer o direito à restituição/compensação dos valores recolhidos a maior, a título de contribuição ao PIS/Pasep, no período de janeiro/93 a julho de 1994, com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, devendo ser apurados com base na Lei Complementar nº 7/70, sem correção da base de cálculo, conforme a Síntese nº 11 do Segundo Conselho de Contribuintes, assim como sejam homologados os pedidos de compensação, desde que os indébitos sejam suficientes para proceder à compensação”.

O embargo visa o saneamento quanto ao direito do aproveitamento de possíveis créditos decorrentes dos recolhimentos efetuados durante a égide dos Decretos Leis 2.449/88 e 2.445/88, período de apuração de **setembro de 1993 a outubro de 1995**.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Domingos de Sá Filho, Relator.

Cuida-se de recurso tempestivo e atende os demais pressupostos de admissibilidade, motivo pelo qual se toma conhecimento.

A contenda estabelecida se refere ao período de setembro de 1993 a outubro de 1995. O Despacho decisório aplicou a decadência em relação ao período anterior de 30 de maio de 1995 considerando a data do protocolo que ocorreu em 30.05.2000.

Como se extraí do voto, teria sido afastada a decadência do período de apuração de janeiro de 1993 a julho de 1994, no entanto, equivocadamente, quando em verdade toda motivação levava à conclusão, cuja verdadeira intenção é o afastamento da decadência do período anterior a 30 de maio de 1995, isso com relação à extinção do direito contida na decisão recorrida, levando em conta que o pleito se refere a crédito de um período maior, isso é, setembro de 1993 a outubro de 1995.

Em sendo assim, impõe em reconhecer erro material quanto ao período de decadencial, e, sanear paraclarear e afirmar que **o período de setembro de 1993 a maio de**

1995 não está decaído e assegurando o direito do contribuinte, existindo crédito, aproveitá-lo em procedimento de compensação como pleiteado na inicial.

Assegurar o direito do contribuinte apurar a contribuição para o PIS com fulcro na Lei Complementar nº 7/70 até setembro de 1995, excluindo o mês de outubro de 1995.

Desse modo a conclusão do voto passa ter a seguinte redação:

"Do exposto, dou provimento parcial ao recurso a fim de reconhecer o direito à restituição/compensação dos valores recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, a título de contribuição ao PIS/Pasep, no período de setembro de 1993 a setembro de 1995, devendo ser apurados com base na Lei Complementar nº 7/70, sem correção da base de cálculo, conforme a Súmula nº 11 do Segundo Conselho de Contribuintes, assim como, sejam homologados os pedidos de compensação, desde que os indébitos sejam suficientes para proceder à compensação".

Com essa decisão, corrige-se as ementas do Acórdão nº 202-19.357, de 07 de outubro de 2008, que passam a ter as redações abaixo:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/09/1993 a 31/10/1995

**Ementa: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO
DECADENCIAL. EFEITO DA RESOLUÇÃO nº 49/95.**

Pedido de restituição/compensação de indébitos pagos por força da norma dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.449/88 para o PIS, formulado antes do prazo de cinco anos, contado da data da publicação da Resolução nº49, do Senado Federal, se revela tempestivo e não há que se falar em extinção do direito. Assim, no caso concreto assiste razão ao recorrente em pleitear o direito quanto ao período de setembro de 1993 a setembro de 1995, excluído os fatos geradores de 01.10.1995 a 31.10.1995.

SÚMULA nº 11- DO 2º CC. SEMESTRALIDADE.

A base de cálculo do PIS, prevista no art. 6ºda Lei Complementar nº7, de 1970, é o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária.

CORREÇÃO DOS INDÉBITOS.

Os valores dos indébitos remanescentes, após o desconto da contribuição devida, com base nas Leis Complementares nº 7/70 e 8/70, devem ser corrigidos monetariamente, até 31/12/1995; a partir de janeiro de 1996, passam a incidir juros equivalentes taxa Selic, até o mês anterior em que houver a restituição/compensação.

Recurso provido em parte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/06/2001

Autenticado digitalmente em 22/05/2015 por DOMINGOS DE SA FILHO, Assinado digitalmente em 22/05/2015 por ANTONIO CARLOS ATULIM, Assinado digitalmente em 22/05/2015 por DOMINGOS DE SA FILHO

Impresso em 08/06/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Diante do exposto, conheço e acolho embargos interposto pelo contribuinte para sanar a contradição e afastar a dúvida quanto ao período de apuração, deixando claro que a decadência não alcança o período de apuração de setembro de 1993 a maio de 1995, e, no mérito dar provimento parcial ao recurso a fim de reconhecer o direito à restituição/compensação dos valores recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, a título de contribuição ao PIS/Pasep, no período de **setembro de 1993 a setembro de 1995**, devendo ser apurados com base na Lei Complementar nº 7/70, sem correção da base de cálculo, conforme a Súmula nº 11 do Segundo Conselho de Contribuintes, assim como, sejam homologados os pedidos de compensação, desde que os indébitos sejam suficientes para proceder à compensação.

É como voto.

Domingos de Sá Filho